

Percepções dos presidentes de comitês de bacia do Rio Grande do Sul sobre demandas por serviços de gestão



Perceptions of the presidents of watershed committees in Rio Grande do Sul on demands for management services

Percepciones de los presidentes de los comités de cuenca de Rio Grande do Sul sobre las demandas de servicios de gestion

Maier, Deise Cristiane; Marques, Guilherme Fernandes

 Deise Cristiane Maier

dmaier@hotmail.com

Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Brasil

 Guilherme Fernandes Marques

guilherme.marques@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Revista Presença Geográfica

Fundação Universidade Federal de Rondônia, Brasil

ISSN-e: 2446-6646

Periodicidade: Frecuencia continua

vol. 9, núm. 2, Esp., 2022

rpgeo@unir.br

Recepção: 05 Julho 2021

Aprovação: 30 Setembro 2021

URL: <http://portal.amelica.org/ameli/journal/274/2744715016/>

Resumo: Neste artigo buscou-se identificar as demandas por serviços e ações no âmbito da gestão de recursos hídricos a partir da percepção dos presidentes dos comitês de bacia no estado do Rio Grande do Sul. O procedimento metodológico adotado foi a realização de um questionário, via formulário eletrônico enviado para todos os presidentes de comitês. Foram abordados temas como principais ações e dificuldades, fontes de apoio técnico e de recursos, representatividade, representação, modelo de como a futura agência deveria ser, entre outros. Observou-se poucos respondentes, 10 num universo de 25 comitês. Pontua-se que as principais considerações: a lacuna de suporte nas funções de secretaria executiva aos comitês; a principal fonte de recursos financeiros é Fundo Estadual e de apoio técnico é o órgão gestor estadual; as dificuldades em relação aos planos de bacia e a demanda por serviços administrativos e serviços logísticos. Além disso, quanto à estrutura de apoio, notou-se uma divisão na percepção dos respondentes em ser uma entidade pública ou privada e se deveria ser uma estrutura por bacia ou uma para cada região.

Palavras-chave: Gestão de Recursos Hídricos, Comitê de Bacia; Serviços de Gestão; Planos de Bacia; Rio Grande do Sul.

Abstract: This article sought to identify the demands for services and actions within the scope of water resources management from the perception of the presidents of the basin committees in the state of Rio Grande do Sul. The methodological procedure adopted was the completion of a questionnaire, via an electronic form sent to all committee chairpersons. The topics covered were the main actions and difficulties, sources of technical support and resources, representativeness, representation, model of how the future agency should be, among others. There were few respondents, 10 in a universe of 25 committees. The main considerations are the lack of support in the functions of executive secretariat to the committees; the main source of financial resources is the State Fund and technical support is the state governing body; the difficulties in relation to the basin plans and the demand for administrative services and logistical services. Furthermore, regarding the support structure, there was a division in the respondents' perception of whether it would be

a public or private entity and whether it should be a structure per basin or one for each region.

Keywords: Water Resources Management, Basin Committee, Management Services, Basin Plans, Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

A Lei das Águas estabelece os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH) como local para concretização dos fundamentos de participação e descentralização, através de debates referentes aos conflitos nas bacias hidrográficas (BRASIL, 1997). Os comitês são compostos por sociedade civil, usuários e poder público e têm atribuições normativa, deliberativa e consultiva.

A gestão participativa se configura na participação de diversos atores no processo de tomada de decisão. Neste contexto, a descentralização na política de recursos hídricos significa a institucionalização, em nível de bacia hidrográfica, de condições institucionais, técnicas, financeiras e organizacionais para efetivar esta participação (PEREIRA; FORMIGA-JOHNSSON, 2005, p.53).

A Lei nº 10.350, de 30 de dezembro de 1994 institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul (SERH). Integram este Sistema o Conselho de Recursos Hídricos (órgão deliberativo superior do Sistema), o Departamento de Recursos Hídricos e Saneamento, os Comitês de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica, as Agências de Região Hidrográfica e o órgão ambiental do estado, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler – FEPAM (RIO GRANDE DO SUL, 1994).

Nota-se no estado comitês pioneiros como Sinos e Gravataí que por grande mobilização tornaram-se produtivos e incorporados ao sistema de gestão (PORTO; PORTO, 2008, p. 44). Atualmente, o estado possui 25 comitês constituídos e em funcionamento. Entretanto não foram criadas as Agências de Região Hidrográfica, também conhecidas como Agências de Água, que forneceriam apoio técnico e administrativo aos comitês.

A carência deste suporte tem limitações na elaboração e execução dos planos de bacia. De acordo como avaliação em Meier e Foletto (2011), a implementação dos planos já observava atrasos em 2011 e atualmente, dos 25 comitês, 9 (36%) possuem o plano de bacia completo. Do total, 7 (28%) encontram-se com Planos incompletos, 4 (16%) com Planos em construção, e os 5 (20%) comitês restantes não possuem Plano (DRHS, 2021).

As atividades e ações no âmbito da gestão dos recursos hídricos, definidos como “serviços de gestão” em Marques *et al.* (2018), prestados aos usuários têm valor e têm um custo. A existência desses serviços depende de uma estrutura normativa, legal, técnica e administrativa. No caso dos comitês de bacia e dos planos de bacia, a falta não apenas de recursos, mas sobretudo de uma estrutura de gestão capaz de dar apoio técnico e executivo para a tomada de decisão tem sido um gargalo significativo para a efetividade de instrumentos como os próprios planos (OCDE, 2015; Banco Mundial, 2018).

Neste sentido, o presente artigo buscou obter as relações de demandas por serviços e ações no âmbito da gestão a partir da percepção dos presidentes de comitês de bacia, na finalidade de contribuir em identificar gargalos e avanços na gestão de recursos hídricos no estado.

METODOLOGIA

De modo a aplicar o método de análise foram escolhidos os comitês gaúchos. Os comitês gerenciam as bacias hidrográficas observada na Figura 1. Por sua vez as bacias são subdivididas para fins de gestão em Regiões Hidrográficas. Conforme o Decreto nº 53.885, de 16 de janeiro de 2018 ficou instituída a Região

Hidrográfica da Bacia do Rio Uruguai, Região Hidrográfica da Bacia do Guaíba e Região Hidrográfica da Bacia Litorânea (RIO GRANDE DO SUL, 2018), seguindo o que foi definido na Lei 10.350/94.

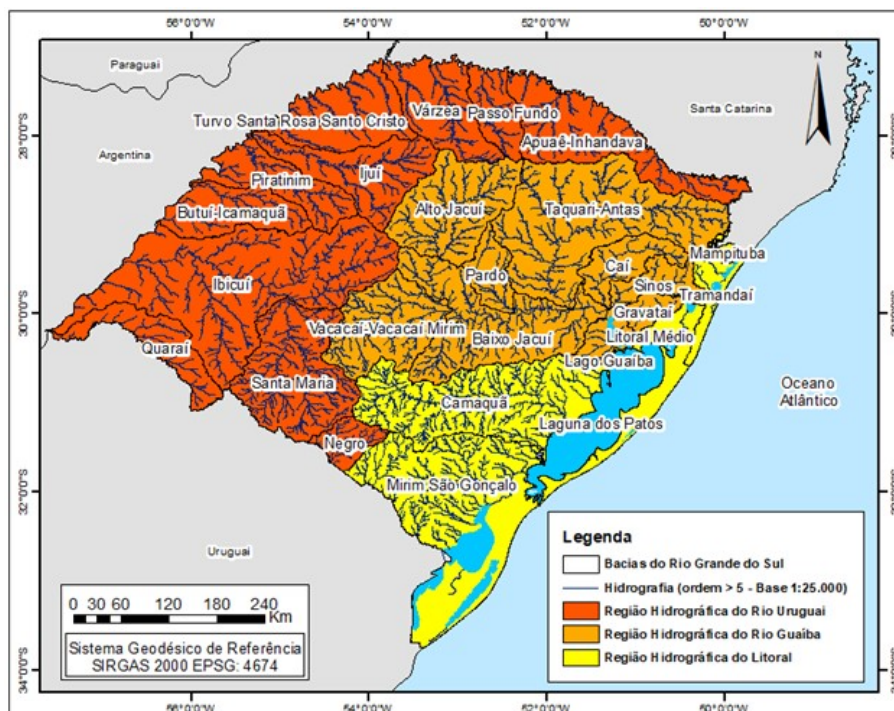


FIGURA 1
Bacias e Regiões Hidrográficas do Rio Grande do Sul
Fonte: MANARA *et al.* (2019)

Em se tratando de um ambiente de governança para implementar a gestão de recursos hídricos, os estudos em Banco Mundial (2018) destacam os principais elementos chave: Múltiplos decisores (Poder Público, sociedade civil e usuários de água); Palco decisório (Conselho de Recursos Hídricos, órgão gestor/, comitê de bacia e Agência de Água); Serviços de gestão (estratégia, planejamento e elaboração de políticas hídricas, engajamento dos usuários e proteção, recuperação e desenvolvimento de recursos hídricos); Instrumentos de gestão (Planos de Recursos Hídricos, Enquadramento, Outorga, Sistemas de Informação e outros instrumentos). Partiu-se destes elementos para elaboração do questionário desta pesquisa.

O questionário foi estruturado com uma combinação de perguntas abertas e fechadas e está exemplificado no Apêndice A deste artigo. Como técnica de investigação, foi aplicado o questionário para os presidentes dos 25 comitês de bacia, inicialmente com perguntas enviadas por e-mail em 2019. Porém, obtendo apenas 2 respostas, em maio de 2020, foi optado por formulários eletrônicos e reenviado para os tais representantes. Sendo assim, o questionário foi respondido entre o período de 11/05/2020 e 18/08/2020.

As questões tiveram a finalidade de: identificar dificuldade devido à falta de apoio das Agências; conhecer a estrutura das bacias; esclarecer o quão proativo é o comitê através da capacidade instalada nos comitês de alavancar recursos para execução de projetos; obter principais ações dos CBHs.

No intuito de apresentar as respostas ao questionário, serão utilizadas diferentes estratégias como os gráficos, a transcrição das respostas abertas e a nuvem de palavras. Para realização da técnica “nuvem de palavras” foi utilizado recurso tecnológico através da página eletrônica para esta finalidade, a Wordclouds. As respostas não serão identificadas por comitê.

RESULTADOS

Esta seção apresenta os resultados da aplicação de questionários. Descreve-se as percepções obtidas dos respondentes de forma a obter informações que nos permitam conhecer melhor a estrutura de gestão existente para apoio ao comitê de bacia. As informações coletadas foram empregadas no desenvolvimento do trabalho de mestrado cujo objetivo foi estudar soluções de sustentabilidade financeira para a gestão das águas, com enfoque nos requerimentos e custos das estruturas de apoio executivo aos comitês de bacia.

As respostas são apresentadas em tópicos por assunto. Iniciou-se com perguntas em relação a informações e demandas dos comitês, após sobre sua composição e finalizando com a percepção dos representantes dos comitês quanto a futura Agência de Água ou entidade equiparada.

Nome do Comitê de Bacia Hidrográfica

Foram obtidas as repostas dos comitês da Região Hidrográfica do Guaíba: CBH Gravataí, CBH do Lago Guaíba, CBH Vacacaí e Vacacaí-Mirim, CBH Taquari-Antas (presidente anterior e atual), CBH do Rio Pardo e CBH do Rio dos Sinos. Dos comitês da Região Litorânea: CBH Mampituba e CBH do Rio Camaquã. Também da Região Hidrográfica do Rio Uruguai: CBH Ibicuí e CBH do Rio Ijuí. Totalizando assim 11 respostas e abarcando 10 comitês.

Periodicidade das reuniões

Observou que a maioria dos comitês têm reuniões bimestrais (8 respostas). Dentre as observações três comitês apontaram que, a) regimentalmente, reuniões bimestrais, mas na prática são mensais; b) normalmente eram bimestrais, mas com a falta de recursos temos feito quando conseguimos e c) trimestral e com extraordinária caso necessário.

Demandas do comitê

As demandas mencionadas pelos CBHs estão apresentadas na Figura 2. Observa-se que em todas as respostas (total de 10 respostas) citam os serviços administrativos e serviços logísticos. Nota-se assim que as demandas foram na maioria vinculadas a área meio, esta é a visão da necessidade atual das bacias.

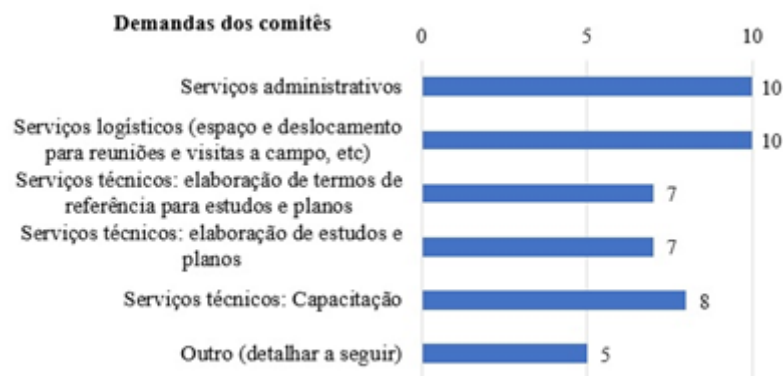


FIGURA 2
Demandas dos comitês conforme respostas ao questionário

Fonte: Os autores (2020)

Outras demandas importantes dos comitês

Nesta questão foram obtidas respostas de 7 comitês, listadas a seguir:

- i. Articulação com gestores Municipais, Estaduais e Federais, para o estabelecimento de ações vinculadas a gestão dos recursos hídricos; elaboração de material de divulgação e educação ambiental sobre o CBH e o Sistema de Recursos Hídricos como um todo; e elaboração de estudos, articulação, adequação da legislação para implementação de cobrança pelo uso das águas;
- ii. Regras de outorga para água subterrânea e integração dos licenciamentos com as outorgas;
- iii. Discutir e aprovar o termo de referência e plano de bacia;
- iv. Educação Ambiental; PSA e recuperação de APPs;
- v. Usos da água na bacia e qualidade e quantidade;
- vi. Implementação do Plano de Bacia;
- vii. Apoio jurídico e gerente de projetos.

Fontes de apoio técnico e recurso

Dentre as demandas do comitê, foi solicitado no questionário para informar qual a fonte. "Apoio técnico" se refere ao trabalho de pessoal lotado no órgão provedor do apoio. "Recurso" se refere à dinheiro, materiais e insumos cedidos sem ônus pela fonte ou ao pagamento por itens de custeio e capital feitos diretamente pelo órgão de apoio em favor do Comitê. As respostas estão informadas na Figura 3. Conforme o gráfico, nota-se que a principal fonte de recursos é fundo estadual e de apoio técnico é o órgão gestor estadual.

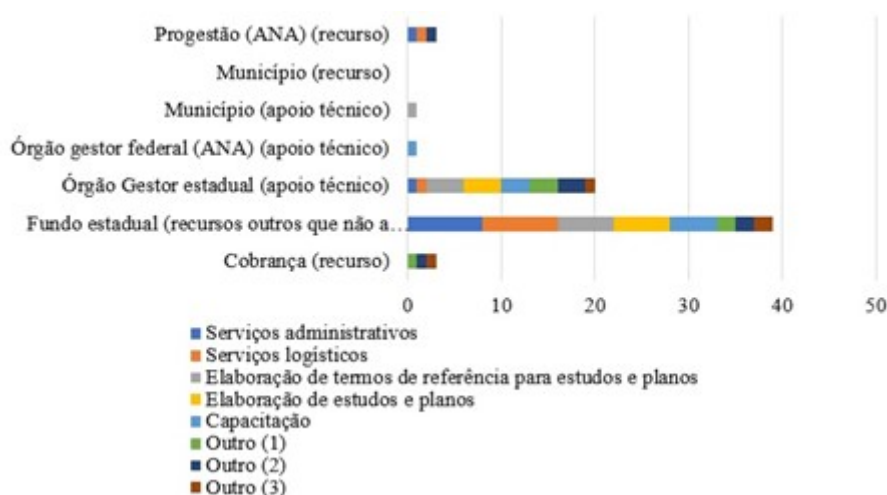


FIGURA 3
Informação da fonte de apoio técnico e recurso
Fonte: Os autores (2020)

Existência de projetos realizados em parceria com governo municipal

Das 11 respostas obtidas, 6 foram negativas, outras citaram:

- i. Projeto VerdeSinos: reposição de mata ciliar, proteção de nascentes, abatimento de carga rural, reservação de água meio rural, educação ambiental, mapeamento de áreas úmidas, 13 municípios parceiros, montante aportado não quantificado.
- ii. Termo de Referência Recuperação Rio Pardinho - Apoio técnico dos municípios de Santa Cruz do Sul, Vera Cruz e Sinimbu.
- iii. Possuem ações previstas no Plano de Bacia.

Neste sentido, Porto e Porto (2008, p. 55) apontam o grande desafio dos planos de bacia de harmonizar as condutas dos agentes públicos e privados, nas diferentes esferas. Desafio percebido na baixa realização de projetos dos comitês em parceria com municípios no estado.

Quem está cumprindo a função de Secretaria Executiva para o comitê

As dez respostas estão listadas abaixo. Observa-se a presença de Universidades na execução desta função.

- i. A Universidade que atualmente abriga o comitê;
- ii. Funcionária da UCS (Universidade de Caxias do Sul) via Convênio com o Estado;
- iii. Uma das instituições do Comitê Pardo (Universidade de Santa Cruz do Sul);
- iv. Prestador de Serviços – CNPJ;
- v. Secretário Executivo;
- vi. Contratada com recurso do Fundo de Recursos Hídricos;
- vii. Voluntariado;
- viii. Associação dos Usuários do Perímetro de Irrigação do Arroio Duro, entidade sede e mantenedora do comitê;

ix. Até 2018 eram recursos do FRH mediante convênio com a Fundação Maronna. De 2018 em diante o IRGA (Instituto Rio Grandense do Arroz) cede servidora para cumprir a função;

x. Precariamente, possuímos uma Secretaria Executiva por meio de convênio em fase final.

Principais dificuldades enfrentadas pelo comitê para o desempenho das suas atribuições.

Para apresentar estas respostas foi utilizado uma ferramenta eletrônica para elaboração de “nuvem de palavras”, o resultado é exibido na Figura 4. Nota-se que o foco das respostas é o Plano de Bacia, ressaltando assim a questão da figura da agência, ente responsável pela execução do plano.



FIGURA 4

Nuvem de palavras” das principais dificuldades enfrentadas pelos comitês

Fonte: Os autores (2020)

As principais dificuldades também estão listadas a seguir:

- i. Ausência de plano de bacia;

- ii. Recursos para sua manutenção e funcionamento, falta da agência para implementação do plano de bacia, monitoramento permanente e campanhas informativas e educativas;
- iii. O comitê está a dois anos sem convênio com a SEMA.
- iv. Inexistência de apoio técnico / etapa C do plano de bacia em contratação pelo DRH (substitui ARH) desde 2013;
- v. Manutenção financeira da estrutura administrativa de forma regular;
- vi. Cobrança;
- vii. Estrutura administrativa
- viii. Falta de um planejamento por parte do sistema que contemple a possibilidade de realizar a gestão através de parcerias locais;
- ix. Implementação da Fase C do Plano de Bacia;
- x. Dificuldades em conseguir implementar as ações estruturais do plano de bacia;
- xi. As políticas públicas relacionadas ao Sistema de Recursos Hídricos não podem, e não devem ser interrompidas com as mudanças de Governo. Para exemplificar, gestão anterior trouxe para o debate a cobrança e apresentou uma proposta de agência. O governo atual deixa transparecer que mira como pedra de salvação uma nova legislação...

Situação do Plano de Bacia Hidrográfica

No total de 10 respostas, a quantidade de comitês entrevistados que estão em cada etapa é apresentado na Figura 5. Pontua-se aqui, que está elencada a situação dos Planos dos respondentes. A situação de todos comitês do estado, quanto aos planos de bacia, está descrito no Relatório Anual da situação dos Recursos Hídricos no Estado 2020 (DRHS, 2021).



FIGURA 5
Situação do Plano de Bacia Hidrográfica
Fonte: Os autores (2020)

Demanda de ações previstas em um Plano de bacia

Nesta questão foram citadas as demandas por ações previstas em um plano de bacia hidrográfica, as respostas estão na Figura 6. A segregação em três grupos de ações é a classificação observada nos estudos de estimativa de custeio administrativo de entidades delegatárias de funções de Agência de Água em KPMG (2018).



FIGURA 6
Ações demandadas no plano de bacia
Fonte: Os autores (2020)

Convidados para citar e/ou quantificar as ações previstas, as respostas foram: Fase B do plano de bacia identificou carga orgânica como prioridade (sem fase C) e modelagem hidrodinâmica da qualidade das águas e do comportamento de fluxos do Lago Guaíba.

Composição do CBH

Questionados se consideram que o comitê tem uma boa representatividade em relação aos grupos de usuários, mais de 80% apontaram que o comitê tem uma alta representatividade. Em relação a como avaliam a renovação do comitê, as respostas demonstraram que os respondentes (mais de 80%) consideraram que eles têm uma taxa média de renovação do comitê.

Conforme OCDE (2015) a representatividade e a continuidade, dentro dos comitês de bacias hidrográficas, são um desafio, devido aos impactos dos ciclos políticos sobre os membros do setor público. E muitas vezes, o interesse principal dos usuários nos comitês de bacias hidrográficas é monitorar a evolução e as decisões que podem influenciar os seus direitos ou gerar custos. Fica claro que existem diferentes níveis de eficiência e mobilização construtiva nos comitês e que mesmo num contexto de fraca capacidade de implementação, o papel destes não deve ser negligenciado.

Os autores Meier e Basso (2014) citam o que os representantes apontaram como principais motivos que dificultam a representatividade no CBH: a falta de informações disponíveis aos representantes (20%), a falta de capacitação teórica e técnica dos representantes (20%) e a falta de resultados práticos e concretos atingidos pelo CBH (20%).

Percepções quanto à Agência de Água ou entidade equiparada

A questão foi como os respondentes acham que deveria ser a futura Agência de Água do ponto de vista das particularidades e requerimentos da bacia hidrográfica. Conforme as respostas, as opiniões encontraram-se divididas, 50% para cada, entre ser uma agência por região hidrográfica e uma agência exclusiva para cada comitê, ninguém respondeu a opção agência estadual.

Na conjuntura atual do estado, como consideram que o modelo jurídico de uma agência deveria ser, a maioria optou pelo modelo privado (63,6%) em relação ao modelo público (36,4%).

Referente à Agência e seu modelo organizacional, como comentários e sugestões nesta questão foram citadas as respostas:

- i. Semelhante a FEPAM - personalidade jurídica de direito privado vinculado a SEMA;
- ii. O ente privado oferece mais agilidade de ação;

iii. Considerando muito pouco conflito de uso de água, a demanda maior é por um sistema de monitoramento e informações que permita o melhor entendimento por parte da população em geral das disponibilidades e demandas. Não necessitamos de um órgão complexo, mas sim de um escritório local com equipe enxuta que possa operacionalizar um bom sistema de informações. A rotina de reuniões do comitê e o acompanhamento de projetos e programas setoriais de melhoria contínua dos usos múltiplos das águas;

iv. Agência por bacia, com apoio de uma Agência por Região Hidrográfica;

v. Sustentabilidade deve estar no centro da discussão do valor econômico da água. Desavergonhadamente o Sistema Financeiro Internacional sequestrou essa pauta do Sistema de Recursos Hídricos e tratou de mercantilizá-la. No Saneamento Básico a palavra é Securitização. Afinal, o papel do ente “privado” na parceria, na concessão ou em qualquer modalidade inovadora é retirar do ente “público” o endividamento da operação de crédito: Contas públicas equilibradas. E tudo isso, pasmem, com recursos públicos: BNDES, FGTS, FAT.

vi. A falta de implementação do Sistema (Agência e Cobrança) tem atrasado e conturbado muito a Gestão de Recursos Hídricos no Estado do Rio Grande do Sul. É urgente que se implante estes instrumentos para a completa e verdadeira Gestão.

Verificou-se ao longo deste estudo limitações metodológicas, a exemplo do baixo número de participantes nos questionários, 10 num universo de 25 comitês, páginas eletrônicas de alguns comitês sem atualizações, alguns sem secretaria executiva e também representante de um comitê respondeu o e-mail informando que estavam sem presidente no momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estado do Rio Grande do Sul, um dos pioneiros na constituição do SERH, na falta de um arranjo com as funções de Agência de Água, foi identificado que o órgão gestor tem cumprido um papel vital. Entretanto, limitações nos instrumentos de gestão, especialmente no tocante à implementação dos planos de bacia, apoio técnico aos comitês e execução de recursos do fundo estadual de recursos hídricos impedem um melhor equilíbrio entre disponibilidade e demanda na busca dos objetivos da Lei 9.433/97.

Os resultados da relação de demandas por serviços de gestão da região alvo de estudo corroboram com a percepção de Pessoa (2017) que, ao apontar os comitês de bacia enquanto órgãos atuantes no cumprimento das exigências legais da PNRH para tornar efetiva a gestão, ainda esbarram em limitações do arranjo institucional e legal do estado.

No momento, a principal fonte de recursos financeiros é Fundo Estadual e de apoio técnico é o órgão gestor estadual. Ainda há a lacuna de apoio nas funções de secretaria executiva dos comitês. Em suma, fica evidente a necessidade da implementação da cobrança e da instalação de uma entidade de apoio técnico e executivo.

Além disso, as respostas pontuaram uma divisão na percepção dos presidentes quanto a uma futura Agência de Água em ser de direito público ou privado e se seria uma por bacia ou uma para cada região. Isto posto, a entidade a ser criada precisará absorver a cultura existente, as práticas e os costumes dos comitês gaúchos. Devendo assim, a estrutura de apoio vir a incorporar a expertise em projetos e ações já realizados nas bacias hidrográficas.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Pessoal Nível Superior – CAPES – Código de Financiamento 001. Agradecimento ao Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos – ProfÁgua, Projeto CAPES/ANA AUXPE Nº. 2717/2015, pelo apoio técnico científico aportado até o momento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANCO MUNDIAL. VOLUME III - Tema 2: *Órgãos Gestores nos Níveis Federal (ANA) e Estadual*. 2018. Brasília. 141p. ISBN: 978-85-88192-42-3. Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/155841578423931396/pdf/Tema-2-Orgaos-Gestores-nos-Niveis-Federal-ANA-e-Estadual.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- BRASIL. Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997. *Política Nacional de Recursos Hídricos*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9433.htm. Acesso em: 18 fev. 2019.
- DRHS - Departamento de Recursos Hídricos e Saneamento – RS. *Relatório Anual da situação dos Recursos Hídricos no Estado 2020*. (2021). Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1qpWgwewjLRq7u0zfPsJDJyKjT7PLxut/view>. Acesso em: 19 mar. 2021.
- KPMG. *Desenvolvimento de Metodologia para Estimar o Custeio Administrativo de Entidades Delegatárias de Funções de Agência de Água*. 2018. Disponível em: <http://www3.ana.gov.br/portal/ANA/gestao-da-agua/sistema-de-gerenciamiento-de-recursos-hidricos/agencias-de-agua/documentos-relacionados-agencias-de-agua>. Acesso: 12 mar. 2019.
- MANARA, E.; PELINSON, D.; FADEL, A.; SCOTTÁ, F.; SCHUSTER, R.; KALISKI, A.; PEREIRA, P. Disponibilidade hídrica do Rio Grande do Sul para fins de outorga: balanço hídrico integrado ao SIOUT RS. In: XXIII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HIDRÍCOS, 2019, Foz do Iguaçu. *Anais [...]* (ISSN 2318-0358). Porto Alegre: ABRH, 2019. p. 1-10.
- MARQUES, G. F.; FREITAS, P.; MOLEJON, C.; FORMIGA-JOHNSSON, R. M. *Diálogos para o aperfeiçoamento da Política e do Sistema de Recursos Hídricos no Brasil*. v. V – Tema 4: Sustentabilidade Financeira. Brasília: BANCO MUNDIAL, 151 p., 2018. Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/831541578425644105/pdf/Tema-4-Sustentabilidade-Financeira.pdf>. Acesso em: 04 de ago. 2020.
- MEIER, M. A.; FOLETO, E. M. A Gestão das Águas no Rio Grande do Sul: implementação dos instrumentos de gestão no estado. In: XIX SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HIDRÍCOS, Maceió, 2011. *Anais [...]*. ABRH, 2011. P. 1-20.
- MEIER, M. A.; BASSO, L. A. A representação e representatividade social do Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Vacacaí e Vacacaí-Mirim/RS. *Geografia Ensino & Pesquisa*, Santa Maria – RS, v. 18, nº 3. p. 117-134, set./dez. 2014.
- OCDE - ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *Governança dos Recursos Hídricos no Brasil*. Paris: OECD Publishing, 2015. Disponível em: https://www.pseau.org/outils/ouvrages/ocde_governanca_dos_recursos_hidricos_no_brasil_2015.pdf. Acesso em: 18 ago. 2020.
- PEREIRA, D. S. P.; FORMIGA-JOHNSSON, R. M. Descentralização da gestão dos recursos hídricos em bacias nacionais no Brasil. *REGA - Revista de Gestão de Água da América Latina* - v. 2, nº 1, jan./jun. 2005.
- PESSOA, M. L. O Brasil e o Rio Grande do Sul diante do desafio global da gestão de recursos hídricos. *Panorama Internacional*: Porto Alegre, RS, v. 3, nº 1, 2017. Disponível em: <http://panoramainternacional.fee.tche.br/articulo/o-brasil-e-o-rio-grande-do-sul-diante-do-desafio-global-da-gestao-dos-recursos-hidricos/> Acesso em: 27 de agosto de 2020.
- PORTO, M. F. A.; PORTO, R. L. L. Gestão de bacias hidrográficas. *Estudos Avançados*, [S. l.], v. 22, n. 63, p. 43-60, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10292>. Acesso em: 22 jan. 2021.
- RIO GRANDE DO SUL. *Lei nº 10.350, de 30 de dezembro de 1994*. Institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, regulamentando o artigo 171 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/10.350.pdf>. Acesso em 07 jan. 2020.
- RIO GRANDE DO SUL. *Decreto nº 53.885, de 16 de janeiro de 2018*. Institui subdivisão das Regiões Hidrográficas do Estado do Rio Grande do Sul em Bacias Hidrográficas. Disponível em: <https://www.sema.rs.gov.br/upload/arquivos/201803/08095109-decreto-53885-2017.pdf>. Acesso em 15 de fev. 2019.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

1. Nome do Comitê de Bacia Hidrográfica?

2. Periodicidade das reuniões?

Mensais; Bimestrais; Trimestrais.

3. Quais as demandas do comitê?

Serviços administrativos; Serviços logísticos (espaço e deslocamento para reuniões e visitas a campo, etc); Serviços técnicos: elaboração de termos de referência para estudos e planos; Serviços técnicos: elaboração de estudos e planos; Serviços técnicos: Capacitação; Outro (detalhar a seguir)

4. Dentre as demandas do comitê, informe qual a fonte. "Apoio técnico" se refere ao trabalho de pessoal lotado no órgão provedor do apoio. "Recurso" se refere à dinheiro, materiais e insumos cedidos sem ônus pela fonte ou ao pagamento por itens de custeio e capital feitos diretamente pelo órgão de apoio em favor do Comitê?

Cobrança (recurso); Fundo estadual (recursos outros que não a cobrança); Órgão Gestor estadual (apoio técnico); Órgão gestor federal (ANA) (apoio técnico) Município (apoio técnico); Município (recurso); Progestão (ANA) (recurso).

5. Existem projetos sendo realizados em parceria com governo municipal? Indique o escopo, qual o município e o montante aportado pelo município?

6. Na ausência das Agências de Região Hidrográficas, quem está cumprindo a função de Secretaria Executiva para o comitê?

7. Sumarize as principais dificuldades enfrentadas pelo comitê para o desempenho das suas atribuições de forma efetiva.

8. Situação do Plano de Bacia Hidrográfica.

Etapas Preparatórias (Definição do TR e arranjo institucional); 1ª Etapa: Estudos e Diagnóstico - Fase A; 2ª Etapa: Prognóstico (Cenários e Enquadramento) - Fase B; 3ª Etapa: Plano de ações (diretrizes e metas) - Fase C; Monitoramento da implementação.

9. Considerando as seguintes ações previstas em um plano de Bacia Hidrográfica, marque aquelas demandadas na sua bacia:

Ações de Gestão, Programas Hidro-ambientais, Gerenciamento de Recursos Hídricos; Proteção e aproveitamento dos recursos hídricos, programas transversais e ações estruturais; Programas de saneamento.

10. Você considera que o comitê tem uma boa representatividade em relação aos grupos de usuários? Baixa, Média ou Alta.

11. Como você avalia a renovação do comitê? Baixa, Média ou Alta.

12. Do ponto de vista das particularidades e requerimentos de sua bacia hidrográfica, uma futura Agência de bacia deveria ser:

Uma Agência exclusiva para o Comitê de Bacia Hidrográfica; Uma Agência por Região Hidrográfica; Uma Agência Estadual; Outro.

13. Na conjuntura atual do Estado, você considera que o modelo jurídico de uma Agência deveria ser: Público; Privado; Outro.